



16 de junho de 2010

Este Clipping é preparado pela Secretaria Executiva da ADIMB. O conteúdo é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

FOLHA ONLINE

BAHIA ULTRAPASSA MINAS E SE TORNA ALVO DA NOVA "CORRIDA AO OURO"

Mineradoras investem bilhões de dólares no Estado, que superou Minas como principal destino de pesquisa. Proximidade com o litoral compensa, em alguns casos, atuação em áreas com menor concentração de minério

A Bahia se tornou alvo de uma nova "corrida do ouro" entre mineradoras no país.

O Estado já ultrapassara Minas Gerais como principal destino de pesquisas para a extração de commodities minerais e agora atrai investimentos bilionários capazes de se pagar em prazos relativamente curtos.

"Ouro", no caso, são minérios como ferro, níquel e vanádio, com preços e perspectivas de consumo em alta.

Nessa corrida, estão grandes e novas mineradoras, como Ferrous, Mirabela, Bahia Mineração (Bamin) e Largo Mineração.

Em 2009, foram registrados na Bahia 3.391 requerimentos de pesquisas minerais (1ª posição no país), ante 2.357 em Minas Gerais.

Entre os principais atrativos do Estado, além de uma quantidade cada vez maior de descobertas de jazidas, está a proximidade com o Atlântico. É de onde o minério sai para exportação.

Mesmo em jazidas em que o ferro extraído tem um teor mais baixo do que em outras áreas de Minas, a economia com a logística de transporte compensa o investimento.

Caso da Ferrous, de apenas três anos e que está se tornando a quarta empresa do país em jazidas auditadas.

Seus investimentos na Bahia podem chegar a US\$ 2 bilhões, caso a empresa decida de fato pela construção de um "minerioduto" de 100 km ligando o município de Coração de Maria à Baía de Todos os Santos, em Salvador.

A Ferrous tem como principais sócios um empresário australiano, fundos de investimento dos EUA e duas famílias de Minas Gerais ligadas à área de mineração.

Investimentos

As jazidas alvo dos investimentos têm potencial para produzir 15 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e podem ser exploradas por cerca de 30 anos.

Segundo André Simão, diretor administrativo, é de 28% o teor de ferro extraído das rochas na jazida. Em Minas Gerais, ele chega a 34%.

Para a venda como commodity, o minério tem de estar concentrado a 66%. "Mesmo que se gastem US\$ 2 a mais para atingir um teor maior, a distância e a logística compensam", diz Simão.

Com o "minerioduto", o minério de ferro pode chegar a US\$ 27 a tonelada no porto (seriam US\$ 32 via caminhão). Mas, com o produto ao redor de US\$ 120 a tonelada, o investimento pode se pagar em até seis anos.

Além do minério de ferro, há novos investimentos em commodities como níquel e vanádio - empregado em ligas para aços usados nas indústrias aeroespacial e bélica, entre outros.

A Largo Mineração está investindo, em Maracás, US\$ 270 milhões (com retorno em dois anos) para extrair 13,6 quilos de vanádio para cada tonelada de rocha explorada.

Parte do rejeito é aproveitada como minério de ferro de baixa concentração.

Kurt Menchen, diretor-geral da canadense Largo, afirma que a concentração de 1,36% é uma das maiores do mundo e que o produto pode ser vendido a US\$ 36 o quilo.

A jazida da Largo será explorada antes de 2013 e produzirá 5.500 toneladas/ano (ou 7% do total mundial).

Fonte: Folha OnLine

FOLHA DE S.PAULO

NOVO BOOM DEVE INCENTIVAR BRASIL A NEGOCIAR MAIS MINÉRIOS

A alta demanda externa por minérios justifica o momento de negociar e gerar divisas para o Brasil

A indústria da mineração brasileira pretende encerrar este ano com valor de produção acima de US\$ 30 bilhões, cerca de US\$ 6 bilhões a mais do que no ano passado -um recorde absoluto.

O resultado advém da forte demanda interna e externa que tem sido suprida em razão do planejamento de longo prazo das mineradoras, que anunciam os maiores volumes de investimento da atividade privada no Brasil para 2010/14.

Serão US\$ 54 bilhões em investimentos, e há mais a caminho para produzir portfólio de quase cem minerais, com destaque -em produção e em investimento- para ferro, níquel, bauxita, cobre, manganês, zinco, nióbio, mármore e granitos, até agregados para uso na construção civil: brita, areia, saibro e argila.

Esse aporte encontra respaldo nos compradores estrangeiros -a China continua sendo a demandante do momento.

Além dos tradicionais parceiros comerciais -Argentina, Estados Unidos, Alemanha e Japão-, o Brasil abre espaço em mercados menos tradicionais, como Egito, Hong Kong e Líbia.

Nem mesmo as elevações nos preços causadas pela procura acelerada reduzem o apetite pelos minerais brasileiros, que são reconhecidos pela alta qualidade e ofertados a preços competitivos em razão do nível de excelência do parque industrial mineral do país.

O reflexo para o Brasil é a maior participação da mineração na composição do saldo da balança comercial, que tem sido expressiva durante anos seguidos, seja em tempos de bonança ou em plena crise.

Prova disso é que, em 2006, essa participação foi de 14%; no ano seguinte saltou para 25%; em 2008 foi para 53% e, em 2009, ficou em 50%, um excepcional percentual considerando a retração econômica mundial.

Convém ressaltar que esse desempenho decorre de mais um dos ciclos de prosperidade do setor mineral, observado a partir do início deste século.

Até então, a mineração vivia estagnada em preços de produtos e, conseqüentemente, em volume de produção.

Como é uma atividade de alto risco e os preços são de livre mercado, a alta demanda externa por minérios justifica o momento de negociar as commodities minerais e gerar divisas para o desenvolvimento do país.

Mais ainda porque as elevações de preços estão sendo plenamente absorvidas pelos compradores externos. E, se o Brasil tem minérios para vender na alta, quanto mais melhor.

Tanto que o retorno já é notado pelo governo. O minério de ferro foi o principal item exportado pelo país em maio. É a primeira vez que um só item da pauta de exportações supera a cifra de US\$ 2 bilhões em receita em um só mês.

Há analistas que demonizam a alta dos preços dos insumos minerais por alegados riscos inflacionários ao Brasil. Nada para se alarmar.

Do contrário, outros países essencialmente mineradores, como Canadá e Austrália, apresentariam hiperinflação. Não é, nem de longe, o caso.

Fonte: Folha de São Paulo



COLOSSUS INVESTE R\$ 145 MILHÕES EM SERRA PELADA

A Novelis anunciou investimento de US\$ 300 milhões na ampliação das operações de laminação de alumínio em Pindamonhangaba (SP). A expansão aumentará a produção da unidade em torno de 50%, chegando a quase 600 mil t/ano de chapas de alumínio. A Companhia afirma que o projeto é uma resposta à demanda crescente para seus produtos na América do Sul.

Fonte: Brasil Mineral Online, nº 454



ALCOA INVESTIU R\$ 1 MILHÃO NO PRIMEIRO TRIMESTRE

A Alcoa destinou R\$ 1 milhão para os 19 novos projetos comunitários no Brasil no primeiro trimestre. Instituições ligadas às comunidades de Poços de Caldas (MG); Tubarão (SC); Juruti (SP) e São Paulo (SP), onde a Alcoa possui unidades, receberam doações do Instituto Alcoa para investir em programas sociais nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, bem-estar, entre outras. Instituições localizadas nas regiões das hidrelétricas Serra do Facão, em construção na divisa entre Goiás e Minas Gerais; Estreito, na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão; e Machadinho e Barra Grande, ambas na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas quais a Alcoa tem participação acionária, também foram contempladas com recursos financeiros. Os projetos comunitários são idealizados e direcionados por funcionários da Alcoa, junto ao representante ou à equipe de relações comunitárias da unidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade onde a Empresa atua.

Fonte: Brasil Mineral Online, nº 454

Prospectors & Developers Association of Canada
PDAC2010

Where the world's mineral industry meets

International Convention Centre, Toronto, Ontario, Canada
September 13-17, 2010

PDAC no Canadá teve 24 mil participantes de vários continentes

Este é o relatório exclusivo enviado por José Mendo Mizael de Souza, colunista da revista **Minérios & Mineraleis**, que participou do PDAC 2010 realizado em Toronto, Canadá.

A mineração mundial vem de se encontrar no PDAC 2010 – em Toronto, no Canadá: o Brasil marcou presença no citado evento com o “*Brasil Pavillion*”, concretizado pela Adimb, Ibram e empresas patrocinadoras, com o apoio do Governo Federal – MME, SGM, DNPM e CPRM, – bem como com a realização de dois eventos “*Brazil-Canada at PDAC 2010 – Brazilian Mining Day*”, todos bastante prestigiados.

Os dois eventos “*Brazilian Mining Day*” foram organizados pela BCCC (Brazil-Canada Chamber of Commerce), Governo do Canadá (Foreign Affairs and International Trade Canada), ACMinas (Associação Comercial de Minas), TMX (Toronto Stock Exchange), TSX, Heenan Blaikie LLP, PMR (Pinheiro, Mourão e Raso Advogados), FFA (Legal & Support for Mining Companies), Trade Commission of Brazil in Canada e J.Mendo Consultoria. Apoiaram os referidos eventos a Vale, a

Heenan Blaikie, a TMX, a Rio Novo Gold Inc, a TSX, a Veirano Advogados e a Pinheiro, Mourão e Raso Advogados (Gold Sponsors); a MBAC Fertilizer Corp e a Troy Resources NL (Silver Sponsors); a Cone Mine Exploration, a EDC (Export Development Canada), a SNC – Lavalin e a Brazilian Gold Corporation (Bronze Sponsors).

Os macro-temas abordados no PDAC 2010 foram “*Commodities e perspectiva de mercado*”; “*Investimentos em explo-*

PDAC



Pavilhão brasileiro no PDAC 2010

Foto: Bcnet

ração estão em alta, mas o número de descobertas não acompanha. Porque?"; "Ajustando-se a nova normalidade – Fatores que vão influenciar a exploração mineral na próxima década"; "Diamantes 2 – A volta das profundezas"; "Parcerias estratégicas em financiamento de projetos"; "Desenvolvimentos globais em minério de ferro"; "Depósitos de ouro no mundo"; "Casos de engajamento das comunidades – no Canadá e no Exterior"; "Metais industriais e raros", dentro outros.

Tiveram lugar, também, no PDAC 2010 os eventos "Investors and Exchange Forum Presentation", "PDAC/CAMESE Exhibitors Innovation Forum" e "Presentation/Country Rooms", este último tendo contemplado exposições do Brasil "Brazil-Canada at PDAC 2010: Project Presentations and Networking Event". Os patrocinadores foram: TMX (Toronto Stock Exchange), TSX Venture Exchange, PMR (Pinheiro, Mourão e Raso Advogados), Heenan Blaikie LLP, Vale, Veirano Advogados, Rio Novo Gold Inc, MBAC Fertilizer Corporation, Troy Resources NL, Cone Mine Exploration, EDC (Export Development Canada), SNC-Lavalin e Brazilian Gold Corporation), Colômbia, Rússia, Peru, Índia, Nigéria e Papua – Nova Guiné.

Considerando que a informação corrente no evento foi de que cerca de 24.000 participantes se inscreveram no PDAC 2010 e tendo em vista, também, a grande quantidade de apresentações simultâneas, evidentemente que é praticamente impossível apresentar uma síntese do minimamente abrangente: mas alguns aspectos valem ser destacados.

Canadenses acreditam que a mineração é importante

Entre estes, há, por exemplo, a informação do Presidente do PDAC, Jon Baird, de que alguns meses atrás a entidade contratou a realização, por empresa especializada, de uma pesquisa na qual 2.500 canadenses foram solicitados a dizer quais eram suas opiniões sobre a Indústria Mineral, sendo que 96% disseram ser a Mineração importante ou muito importante para a economia canadense. "Com base nestas respostas", concluiu Jon, verifica-se que "apesar de não compreenderem (ou conhecerem) muitos dos detalhes relativos à Mineração, os canadenses compreendem muito bem a importância

econômica da Indústria Mineral". Vale lembrar que a Indústria Mineral representa cerca de 4,5% do PIB do Canadá, embora, como todos sabemos, o impacto econômico da indústria de mineração na economia canadense é muito maior que o percentual acima.

As 10 prioridades que as mineradoras vão enfrentar

Por sua vez, a Deloitte apresentou o que chamou de "As 10 prioridades que as mineradoras vão enfrentar", a saber: A demanda dos países emergentes é sustentável?

Commodities, moedas e custos. A montanha russa continua; Retomando a produção após a crise e a importância do gerenciamento da demanda; Sustentabilidade ampliada – ganhar uma licença social para operar exige uma abordagem integrada; O custo do dinheiro – O custo do capital retarda o crescimento; Mudanças climáticas – os riscos da indústria mineral está crescendo; Mineração extrema – A busca da nova fronteira da mineração; O abismo da valoração – A necessidade de fusão existe, mas o desejo não! Big brother – o impacto da maior intervenção governamental; Não há ponte para cruzar – o custo da infraestrutura está em alta

Exploração - após o recorde de 2008, uma nova queda

Teve intensa repercussão o relatório especial do Metals Economic Group (MEG), que destacou, dentre outros, que: os orçamentos de exploração dos "Top Ten Countries em 2009" - que representaram 67% de um orçamento total de 2009 de US\$ 7.32 bilhões relativos a 1846 empresas e orçamentos para exploração de minérios (excluindo o minério de ferro) – registraram uma queda expressiva com relação ao orçamento total recorde de 2008 de US\$ 12.6 bilhões, o maior declínio das últimas duas décadas. Se neste montante for incluído o urânio, o mesmo atingirá US\$ 8.4 bilhões e 1998 empresas.

Quanto aos países destinatários dos recursos, a distribuição foi Canadá 16%, Austrália 13%, Peru 7%, Estados Unidos 6%, Rússia 5%, México 5%, Chile 5%, China 4%, Brasil 3% e África do Sul 3% e outros 33%. Quanto aos bens minerais pesquisados, o Ouro representou 48%, Cobre 22%, Níquel 9%, Zinco 5%, (os base Metals totalizando, assim 36%),

Diamante 5%, Grupo da Platina (PGM) 2% e outros 9%. Quanto à destinação (1846 empresas – US\$ 7.32 bilhões), o MEG informou a seguinte distribuição – Grassroots 32%, estágio avançado 41% e no sítio da mina 27%. Sua conclusão foi "Esperamos que a maioria das empresas mantenham estas tendências e prevemos que 2010 registrará um aumento saudável nos investimentos alocados para exploração mineral", segundo Jason Goulden, vice-presidente de pesquisas do Metals Economics Group.

Brasil discute novo marco regulatório e CFEM

No que respeita ao Brasil, foi-nos possível observar uma preocupação quanto ao "Novo Marco Regulatório" e a mudança da CFEM, valendo salientar no primeiro caso as preocupações específicas quanto à licitação (áreas especiais) – pelo que resultariam em bloquear áreas livres para a pesquisa -, se a cessão de áreas seria mantida sem maiores entraves burocráticos e/ou financeiros e a instituição do "contrato".

Quanto a este aspecto – o "contrato" – a visão foi de que ele não significaria maior segurança jurídica, bem como que, de uma maneira geral, "contratos" são aplicáveis a países que não tem instituições que funcionam, o que não é o caso do Brasil – em outros palavras, a mudança proposta é considerada um retrocesso.

Presentes nos dois eventos relativos ao Brasil, acima citados - o "Brazilian Mining Day" e o "Brazil-Canada at PDAC 2010" -, as autoridades do Governo brasileiro, especialmente o Geólogo Carlos Nogueira da Costa Junior, secretário-adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, o Eng^o de Minas Miguel Antônio Cedraz Nery, diretor geral do DNPM, e o Advogado Walter Baere de Araujo Filho, da Consultoria Jurídica (Conjur) do MME, que esclareceram aos participantes as razões e os objetivos do Ministério de Minas e Energia ao propor o "Novo Marco Regulatório" e responderam às indagações. Esforçaram-se, positivamente, no sentido de tranquilizar os empresários e investidores quanto ao novo marco regulatório da atividade de mineração no Brasil, inclusive enfatizando a preocupação do Governo Brasileiro de assegurar condições favoráveis aos investimentos, nacionais e estrangeiros, no setor de mineração do País.

UM RIVAL PARA EIKE BATISTA NO PETRÓLEO

Apenas oito meses depois de criar a HRT, Márcio Mello quer levar a empresa à Bolsa

O entusiasmo com o potencial do pré-sal brasileiro rendeu ao geoquímico Márcio Mello a alcunha de "Mr. Go Deeper", referência ao título de um de seus trabalhos mais conhecidos, no qual apresenta as oportunidades das camadas mais profundas do subsolo marítimo do País. Excitação semelhante é mostrada com relação a seu mais novo desafio: a abertura de capital de uma nova petroleira brasileira, nos moldes da OGX, controlada pelo bilionário Eike Batista.

"Eu quero ser grande, muito grande", disse Mello, enquanto explicava o modelo de negócios da HRT Oil/Gas, empresa de exploração de petróleo que deve ser levada à Bovespa em julho. Com oito meses de existência, a HRT tem hoje concessões na Amazônia, no Espírito Santo e na Namíbia, com reservas potenciais calculadas em 2,1 bilhões de barris pela americana DeGolyer & MacNaughton.

A empresa planeja dar entrada no processo de abertura de capital até 15 de junho, a tempo de lançar as ações antes do fechamento do mercado financeiro internacional ? no Hemisfério Norte, a temporada de férias ocorre em agosto. Na última sexta-feira, três dias após a conversa com o Estado, teria uma reunião com os bancos que serão contratados para fazer a operação.

Na entrevista, concedida antes de iniciar o período de silêncio exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o executivo não quis adiantar previsões sobre o valor de mercado da HRT. Ele disse, porém, não ver empecilhos em realizar a operação no mesmo período da capitalização da Petrobrás. "Temos a segunda maior área concedida no Brasil, atrás apenas da Petrobrás, e com apenas um terço das reservas avaliadas a D&M já calculou 2,1 bilhões de barris. Temos ainda a Namíbia, que é a última fronteira mundial para reservas gigantes", enumera o executivo, com um jeito de vendedor de canal de TV a cabo que é alvo de brincadeiras entre os colegas de trabalho desde os tempos da Petrobrás.

O nome da empresa vem de outra companhia de Mello, a High Resolution Technology, fruto de seu trabalho em pesquisa geológica desde que deixou a Petrobrás, em 1998, em busca de oportunidades abertas pelo fim do monopólio estatal. Ao longo desse período, abriu escritórios em seis países da África e América do Sul e ganhou reputação no mercado mundial de petróleo com suas análises sobre o potencial petrolífero do Atlântico Sul.

A mudança de rumo ocorreu no ano passado, no rastro dos estragos provocados pela crise global. Um de seus clientes, a Petra Energia, precisava de recursos para desenvolver suas concessões na Bacia do Solimões. Mello conta ter procurado conhecidos no Bank of Montreal, que lhe sugeriram comprar parte da operação, com a promessa de que conseguiriam outros investidores.

Os canadenses levantaram US\$ 276 milhões com um grupo de 66 investidores, entre eles o bilionário americano Michael Dell, fundador da Dell Computers. Mello entrou com sua empresa de pesquisa, avaliada em US\$ 80 milhões, que passou a se chamar Ipex e é agora coligada da HRT Oil/Gas, ambas controladas por uma holding chamada HRT Participações, que terá o capital aberto em bolsa.

As semelhanças com o processo de criação da OGX vão além do lançamento de uma empresa ainda sem produção: a HRT também se vale da experiência de sua equipe, muitos deles ex-Petrobrás. E, assim como no grupo de Eike, o alto escalão recebeu uma parcela das ações da companhia. Além disso, ambos parecem despertar o mesmo sentimento de aversão na direção da Petrobrás, que evita recebê-los.

Mello, porém, circula com maior desenvoltura pelo mundo do petróleo. Além das décadas de experiência no setor, é anfitrião de uma das festas mais disputadas durante os grandes congressos do setor que acontecem no País, sempre com a presença de mulatas em trajes sumários, que já se tornou tradição entre petroleiros de todo o mundo.

Fonte: O Estado de São Paulo

Diário do Pará

PROJETOS MINERAIS RESULTAM EM BONANÇA PARA CIDADES

A indústria extrativa mineral operada pela Vale S.A. no município de Parauapebas recolheu somente no ano passado, a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a importância de R\$ 165.744.836,88. Desse bolo o município ficou com R\$ 107,7 milhões, o correspondente a 65% da receita total, conforme determina a legislação. Mesmo tendo pelo meio a crise financeira que abalou economia mundial em 2008, esse valor representa mais que o dobro do arrecadado apenas dois anos antes. Em 2007, a receita oriunda dos royalties em Parauapebas fora de R\$ 81,5 milhões, ficando o município com pouco mais de R\$ 50 milhões.

Bastaria esses números para endossar avaliação feita recentemente pelo ex-ministro Paulo Haddad, que no governo Itamar Franco ocupou as pastas da Fazenda e do Planejamento. Nome de sólido prestígio no meio acadêmico e um dos mais dedicados estudiosos do setor mineral no Brasil, Haddad classifica como preconceito a descrença quanto à possibilidade de um município cuja base econômica seja a atividade de mineração vivenciar um processo de desenvolvimento sustentável.

O ex-ministro, hoje professor do Ibmec em Minas Gerais, sustentou, em recente artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo (leia na página ao lado), que em quase todos os municípios menos desenvolvidos do país, onde está localizado um grande projeto de investimento de mineração, os benefícios socioeconômicos já são hoje muito expressivos. Em defesa, Paulo Haddad citou dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), estudo divulgado pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Elaborado com extremo rigor técnico, o IMRS é um indicador que expressa o nível de desenvolvimento de cada um dos 853 municípios mineiros. O índice de 2009, explica Paulo Haddad, considera mais de 240 indicadores municipais ligados à saúde, educação, renda, segurança pública, ambiente e saneamento, cultura, esporte e lazer e finanças, entre outras áreas.

Ele se assemelha ao estudo que apura o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e atualizado no Brasil pelo IBGE. Também guarda alguma semelhança com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio com levantamentos de 5.564 municípios brasileiros.

Os indicadores hoje disponíveis mostram, em relação ao Pará, que está correta a linha de raciocínio do professor Haddad. Um exemplo é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, divulgado em 2006. Na relação dos dez municípios do Pará com melhor classificação no ranking, entre os 144 que compõem o Estado, cinco abrigam atividades ligadas à indústria mineral, extrativa ou de transformação. São eles, pela ordem: Belém, Ananindeua, Parauapebas, Barcarena, Marabá, Tucumã, Canaã dos Carajás, Marituba, Santarém e Benevides.

Remuneração

Dados oficiais do Ministério do Trabalho, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), mostram que, entre os diversos subsetores de atividade econômica no Pará, a indústria extrativa mineral manteve, nos dois anos em que foram sistematizadas as informações, a segunda

melhor média de remuneração mensal no Estado. Em 2007, num universo de 25 subsetores pesquisados, a preços de dezembro, ela registrou uma média de R\$ 2.713,34, ficando atrás apenas das instituições de crédito, seguros e capitalização, cuja média foi de R\$ 3.119,21.

Em 2008, os dois setores mantiveram as posições, ficando a indústria extrativa mineral com remuneração média de R\$ 3.021,88 e as instituições de crédito com R\$ 3.296,96. Um dado interessante, porém, é que de um ano para outro caiu a diferença do padrão de remuneração dos dois subsetores. Enquanto o de crédito e capitalização teve um crescimento real de 5,7%, a extrativa mineral cresceu 11,37%.

Para Haddad, não há nenhuma surpresa nesses números. Ao tratar dos benefícios sociais e econômicos proporcionados aos municípios pela atividade de mineração, o ex-ministro garante que a arrecadação tributária (CFEM, ISS e outros) tende a se multiplicar por dez. Além disso, o salário médio na fase de operação do projeto mineral chega a ser até cinco vezes superior ao salário médio anteriormente praticado na economia formal. Sob o impulso da mineração, o mercado de trabalho se dinamiza e se diversifica, os salários crescem e ocorre também a modernização e diversificação da infraestrutura econômica do município.

Em Belém, a coordenação do Instituto Brasileiro de Mineração na Amazônia tem dados que comprovam a tese do ex-ministro da Fazenda. Para André Reis, coordenador do Ibram, a síntese do mercado formal de emprego no Pará aponta a indústria mineral como a de maior crescimento em 2009. Sua variação positiva foi de quase seis pontos percentuais (5,98%), e isso num ano em que o comportamento do mercado de trabalho no Brasil foi muito modesto, inclusive com declínio do nível de emprego em diversos setores da economia.

Para André Reis, a falta de estatísticas confiáveis é um dos problemas que o Pará continua enfrentando para ter um diagnóstico preciso e sempre atualizado da realidade econômica e social do Estado. Esta, porém, é, na avaliação dele, uma dificuldade que começa a ser superada com a recriação do Idesp. André Reis garante também que o setor mineral aguarda com ansiedade a divulgação do novo IDH em 2011, visto que o IBGE iniciará um novo censo a partir de agosto. Aí poderemos comparar melhor os municípios mineradores com os demais.

Fonte: Diário do Pará



MINERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Um relatório enfocando as condições dos recursos humanos nas atividades da Mina de Marlin, da Goldcorp insta as companhias de mineração a considerarem as vantagens e a lucratividade de caminharem de mãos dadas com uma forte cultura interna de respeito aos direitos humanos

Um estudo independente feito para a Goldcorp enfocando a controversa mina de Marlin, na Guatemala, levanta a preocupação de que mesmo os processos de determinação do impacto da mineração sobre a violação de direitos humanos pode agravar as tensões e aumentar a polarização entre as comunidades em se tratando de grupos de interesse especiais.

A mina de Marlin tem sido um foco de reclamações de abusos dos direitos humanos, incluído episódios isolados de violência desde sua inauguração, em 2004.

A Consultoria “on Common Ground” publicou um relatório, que consumiu 18 meses de estudo, a respeito de como a presença e a operação da mina de Marlin afetou os direitos humanos e de como a política, os procedimentos e as práticas da Goldcorp atendem aos padrões internacionais de respeito aos direitos humanos.

Um comitê diretor, composto de representantes dos acionistas, um membro do governo da Guatemala e outro da companhia supervisionaram a execução do estudo. Entre novembro de 2008 e junho de 2009, os pesquisadores entrevistaram 180 pessoas, conduziram entrevistas de grupos com 84 participantes e receberam 10 grupos-foco com 95 participantes. Os pesquisadores também fizeram um exame das políticas corporativas e dos sistemas de gestão relacionados aos direitos humanos.

Entre os problemas identificados pela auditoria inclui-se a falta de proteção aos direitos dos povos indígenas, a carência de recursos governamentais para promover a melhoria contínua dos direitos econômicos, sociais e culturais; o nível de violência e insegurança na Guatemala; e a falta de proteção aos direitos dos trabalhadores.

O relatório destacou que a oposição à mineração na Guatemala convergiu para uma aliança informal entre ONG’s ambientais e de direitos humanos, nacionais e estrangeiras, lideranças comunitárias e organizações locais do campesinato, no qual a Igreja Católica assume, freqüentemente um papel de liderança.

“A performance da mina de Marlin no que tange aos direitos humanos é negativamente associada com significativas lacunas do Governo da Guatemala na implementação e na prática de instrumentos internacionais de garantia aos direitos humanos” afirma o estudo. “Isso reforça a necessidade de se fazer *due dilligences* sobre os contextos dos países antes de se desenvolver projetos ou adquirir concessões ou operações (mineiras), bem como a necessidade de se apoiar os esforços para fortalecer a capacidade governamental de implementar seus compromissos internacionais com a proteção dos direitos humanos, nos níveis local e nacional”.

O estudo recomendou que a Goldcorp e sua subsidiária, Montana Exploradora de Guatemala S.A., revisem completamente suas abordagens para as consultas à comunidade. As empresas também foram encorajadas a expandirem suas consultas para incluir temas como a aquisição de terras, performance ambiental, descomissionamento e uso da área após o fechamento da mina, investimentos sociais e assuntos previdenciários.

Segundo o estudo, a gerência e o staff da empresa precisam de treinamento sobre a importância dos mecanismos de consulta relativo aos povos indígenas, segundo o ILO 169.

Sistemas de manutenção e controle de documentação são necessários para registrar cuidadosamente todas interações com comunidade.

“Todavia, quando o Estado é fraco e adaptação nacional aos padrões internacionais de respeito aos direitos humanos é desprezada, como é o caso na Guatemala, as empresas são responsáveis pela aplicação dos padrões internacionais”, afirma o estudo.

O estudo concluiu que “as vantagens competitivas e a lucratividade de vem caminhar de mãos dadas com uma forte performance interna de respeito aos direitos humanos, que deve ser continuamente otimizada. O objetivo final é respeitar os direitos humanos e, em particular, os direitos dos povos indígenas.”

O relatório completo sobre a mina de Marlin pode ser baixado do site www.hriaguatemala.com

Fonte: Mineweb (Tradução: Equipe Ad Hoc)

MINERADORAS PEDIRÃO REAJUSTES DE PREÇOS ENTRE 30% E 35%, DIZ JORNAL

As mineradoras BHP Billiton, Rio Tinto e Vale pedirão novos reajustes para o preço do minério, já que a forte demanda da China e interrupções de oferta deixam o mercado apertado, segundo o *Financial Times*.

Executivos da área de mineração e siderurgia afirmaram ao jornal britânico que, na média, o valor do minério deve subir entre 30% e 35% no terceiro trimestre, depois de ter avançado até 100% recentemente, despertando preocupações sobre inflação nos países emergentes. Conforme o *FT*, a alta do carvão coque será entre 10% e 15%.

Essas serão as primeiras negociações no novo sistema de ajuste trimestral definido pelo setor, substituindo o sistema de preços de referência que prevaleceu nos últimos 40 anos.

O presidente de alemã Thyssen-Krupp, Ekkehard Schulz, alerta para uma bolha no mercado de commodities. "A dimensão (da bolha) pode ser ainda maior do que o problema no setor imobiliário dos EUA há dois anos. Se não estivermos preparados para tomar medidas decisivas contra os especuladores, eles irão se tornar uma séria ameaça a todo o setor siderúrgico e à economia global", afirmou à revista *Der Spiegel*, conforme reproduzido pelo *FT*.

Fonte: Agência Estado

COLUNA – ANTÔNIO DELFIM NETO

O governo e o Congresso nacionais têm dado pouca atenção a um fato que poderá, no futuro, ser extremamente embaraçoso para a execução da política econômica mais conveniente para o desenvolvimento nacional. O Brasil, corretamente na minha opinião, é um país aberto aos investidores estrangeiros. Eles são bem-vindos e têm os mesmos direitos e deveres dos nacionais.

Uma empresa privada estrangeira pode comprar uma mina de minério de ferro no Brasil e fornecer para a indústria siderúrgica nacional ou exportar para estrangeiras competindo livremente no mercado com todos os outros potenciais vendedores.

Será a mesma coisa quando a empresa estrangeira é estatal? Agora trata-se de ativo de um Estado soberano cujo objetivo maior é garantir o suprimento fora do mercado do minério às suas próprias siderúrgicas também estatais e integrar nestas, verticalmente, o lucro na produção do aço. E quando o lucro é verticalmente transferido para sua indústria de bens de capital que também é estatal? Claramente não. O preço final do produto torna-se passível de manipulação política. Com toda a certeza não será determinado pelo "mercado", mas para atender aos interesses do Estado soberano que comprou o ativo.

O problema é mais grave quando o assédio de empresas estatais chinesas, apoiadas em gigantescos recursos de financiamento proporcionados pela própria expansão das exportações chinesas (as reservas chinesas são da ordem de US\$ 2,5 trilhões), se faz sobre minérios mais escassos como cobre, níquel, vanádio, lítio etc. Uma manifestação do desejo de "procurar" minério que se apropriou do Brasil em resposta à "demanda chinesa" é o fantástico aumento de requerimentos de pesquisa mineral desde 2007.

A exportação "subordinada" aos interesses de um cliente exclusivo retira, ao mesmo tempo, um volume igual de oferta e de procura e dá a garantia de suprimento. Em condições normais de pressão e temperatura não altera o preço internacional. Mas as oportunidades de manipulação são infinitas num mundo que é cada vez mais volátil. É preciso levar em conta que não existe o "minério de ferro". Existem tantos quantos fazem as variações da natureza de sua estrutura física.

A possibilidade de manipulação exigirá do governo brasileiro um enorme custo de fiscalização para controlar o preço das exportações (com efeitos sobre as relações de troca) e sobre os compromissos fiscais. Como todos sabemos, o resultado final de tais controle e fiscalização será uma enorme corrupção dos agentes públicos. E, o que é imperdoável, piorará as condições de competição de nossa própria indústria de bens de capital.

São evidentes os potenciais malefícios da venda de ativos nacionais a Estados soberanos disfarçados em empresas. O mesmo ocorre, aliás, quando a Petrobras recebe financiamento aparentemente barato de um fundo soberano comprometendo-se (não importa por que regra de fixação de preço) a um fornecimento fixo de tantos mil barris por dia, durante certo número de anos. Em situação de estresse isso limitará a ação da política econômica e pode ser a fonte de contenciosos diplomáticos com possibilidade de retaliação.

O mundo caminha para uma rápida escassez de recursos: solo, água, energia e recursos minerais. Precisamos prestar atenção à ambição desenfreada de crescimento de algumas nações que só podem ser satisfeitos com a apropriação (por enquanto pacífica) dos recursos físicos de outras. É tempo do governo e do Congresso brasileiros acordarem para nossa cômoda e alegre aceitação do neo-colonialismo chinês.

Não se trata da menor manifestação de xenofobia. O investimento estrangeiro, no setor mineral ou em qualquer outro, deve continuar bem vindo desde que através de empresas autenticamente privadas não sujeitas às manipulações integradoras do poder soberano o que, obviamente, não é o caso chinês. Não há, de fato nesse campo uma empresa chinesa autenticamente privada. O Brasil e a própria China são os únicos países do mundo que fingem acreditar que ela é uma "economia de mercado". Para os incautos nunca é demais lembrar: negócio da China só existe para chinês!

Fonte: Agência Senado



HÉLIO COSTA DEFENDE MUDANÇAS NA LEI KANDIR PARA A COBRANÇA DE IMPOSTO DO MINÉRIO DESTINADO À EXPORTAÇÃO

Em pronunciamento nesta terça-feira (1º), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a revisão da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), por entender que a norma, que isenta o minério destinado à exportação do pagamento de impostos, prejudica o estado de Minas Gerais, que responde por 80% do minério exportado pelo Brasil.

- O meu estado não recebe um centavo por esse minério que é extraído do nosso solo, e enviado certamente aos países que vão fabricar o aço e depois nos vender de volta na forma de eletrônicos e eletrodomésticos - afirmou.

Quando a Lei Kandir foi implementada, explicou Hélio Costa, a intenção era tornar o preço do minério de ferro brasileiro mais competitivo no mercado internacional. Daí a retirada da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos últimos anos, porém, o preço do minério subiu 500%, o que não justificaria a manutenção da norma nos termos atuais.

Hélio Costa lembrou ainda que o minério de ferro, cujo preço foi reajustado há três meses, terá um novo aumento de 35%, o qual entrará em vigor no próximo dia 1º, de acordo com a política de revisão trimestral do preço da mercadoria adotada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

- Chegou o momento de fazer a revisão da lei Kandir. Mais do que nunca está provado que a medida adotada em 1996 já não faz mais sentido. Tudo o que tínhamos que fazer para promover as exportações brasileiras foi feito - afirmou.

O senador ressaltou ainda que Minas Gerais e o Pará são os dois maiores produtores de minério de ferro no Brasil, país que responde por 25% de todo o minério utilizado no mundo.

Fonte: Agência Senado

JOAO BOURBON

PMDB QUER MUDAR REGRAS DE MINERAÇÃO

Na próxima terça-feira (1º), o PMDB entrega para Dilma Rousseff, candidata do PT à presidência da República, seu esboço de programa de governo. O documento será analisado pelo partido na sua convenção nacional, marcada para 12 de junho.

No material, há um capítulo sobre mineração. O partido propõe mudar as regras de mineração no Brasil, segundo a legenda, para transformá-la em instrumento dos objetivos de desenvolvimento, inclusão e capacitação, que orientam esta proposta nacional.

O programa menciona a necessidade de mudança no regime de concessões. "Não mais se deve permitir que o concessionário deixe a riqueza mineral dormente por muito tempo sob o solo e use a concessão como uma opção a negociar. O aproveitamento pronto e efetivo da riqueza mineral e a subida progressiva na escada de agregação de valor devem ser condições da concessão", diz o texto.

O PMDB diz também que não se justifica a disparidade tão grande entre os "royalties" cobrados no setor mineral e no setor de petróleo e gás, sendo aqueles muito mais baixos do que estes. E o peso dos "royalties" a pagar deve passar a variar inversamente ao grau de transformação do produto mineral e, portanto, de agregação de valor.

Por fim, o partido menciona o regime do empreendimento. Muitos Estados federados, afirma, continuam a ter riqueza mineral não aproveitada pelos oligopólios da mineração. Não devem ter de aguardar o calendário dos interesses empresariais. Devem poder empreender, em associação com empresas privadas, constituídas no regime do mercado. Poderão ser vendidas a compradores privados na primeira oportunidade. É o uso do ativismo governamental para abrir mercados e aguçar a concorrência, não para substituir mercados por monopólios estatais.

Fonte: Blog do João Bourbon

Diário do Pará

EXTRAÇÃO MINERAL ILEGAL É FAVORECIDA, DIZ IBRAM

As terras indígenas já ocupam hoje, em todo o país, 13% do território nacional, o equivalente a 25% da Amazônia. São 110 milhões de hectares, ou um 1,1 milhão de quilômetros quadrados, área

superior à do Peru. A interdição dessas áreas à mineração – atividade prevista Constituição Federal, mas condicionada a uma regulamentação que ainda não aconteceu – só está favorecendo e estimulando o contrabando e a extração mineral clandestina.

A denúncia foi feita ontem, em Belém, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Vargas Penna. A convite, ele foi um dos conferencistas a participar este ano do ciclo de palestras do Painel Alcoa – Mineração e Sustentabilidade, criado pela companhia para tratar de assuntos ligados aos temas da sustentabilidade e da mineração. A Alcoa já opera em território paraense um complexo industrial de produção de bauxita no município de Juruti, na região oeste do Estado.

A regulamentação da mineração em terras indígenas, conforme frisou o presidente do Ibram, é um dos grandes desafios que o setor deve enfrentar. “A situação atual só beneficia os clandestinos. Ela prejudica as empresas, impedidas de desenvolver uma atividade autorizada pela própria Constituição, prejudica a sociedade, que se vê privada da geração de emprego e renda, e prejudica o governo, que deixa de recolher impostos que poderiam ser revertidos em serviços públicos para a população”, afirmou Paulo Camillo Penna.

Outros desafios a serem superados, segundo ele, são a aprovação de uma política mineral, que praticamente não existe no Brasil, e a modernização da nossa estrutura institucional, através da criação de uma agência reguladora nos mesmos moldes das já existentes para a energia elétrica e as telecomunicações. O projeto dispende sobre a criação da Agência Nacional de Mineração, conforme enfatizou o presidente do Ibram, já foi elaborado pelo Ministério de Minas e Energia e encontra-se hoje sob a análise técnica do Ministério do Planejamento.

Outra providência necessária, e que vem sendo defendida vigorosamente pelo setor mineral, de acordo com Paulo Camillo Penna, é a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama. Ele disse que, dos 107 membros que compõem o colegiado, apenas oito representam o setor produtivo. “É preciso mudar isso para estabelecer uma situação de razoável equilíbrio”, acrescentou. O Instituto Brasileiro de Mineração vem defendendo também mudanças na legislação para permitir a participação da iniciativa privada na pesquisa e produção de urânio, hoje uma atividade monopolizada pela União. “Nós queremos que se faça o mesmo que foi feito com o petróleo”, disse Paulo Camillo Penna.

Fonte: Diário do Pará

The New York Times

U.S. IDENTIFIES VAST MINERAL RICHES IN AFGHANISTAN

The United States has discovered nearly \$1 trillion in untapped mineral deposits in Afghanistan, far beyond any previously known reserves and enough to fundamentally alter the Afghan economy and perhaps the Afghan war itself, according to senior American government officials.

The previously unknown deposits — including huge veins of iron, copper, cobalt, gold and critical industrial metals like lithium — are so big and include so many minerals that



A bleak Ghazni Province seems to offer little, but a Pentagon study says it may have among the world's largest deposits of lithium.

are essential to modern industry that Afghanistan could eventually be transformed into one of the most important mining centers in the world, the United States officials believe.

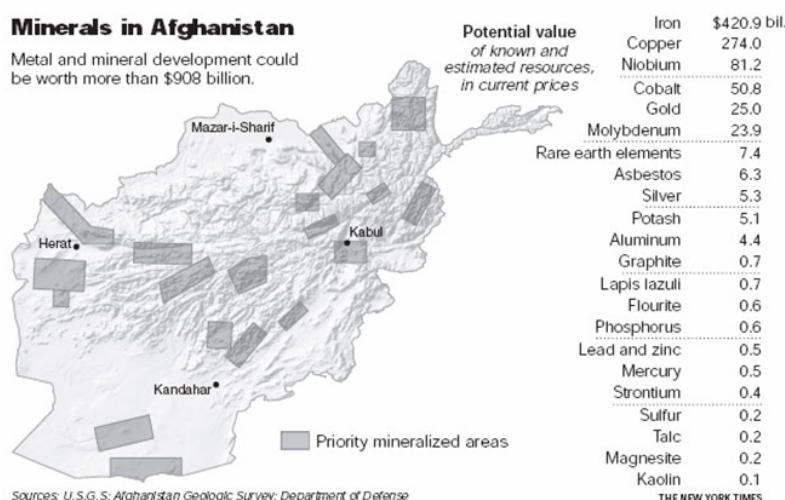
An internal Pentagon memo, for example, states that Afghanistan could become the “Saudi Arabia of lithium,” a key raw material in the manufacture of batteries for laptops and BlackBerrys.

The vast scale of Afghanistan’s mineral wealth was discovered by a small team of Pentagon officials and American geologists. The Afghan government and President Hamid Karzai were recently briefed, American officials said.

While it could take many years to develop a mining industry, the potential is so great that officials and executives in the industry believe it could attract heavy investment even before mines are profitable, providing the possibility of jobs that could distract from generations of war.

“There is stunning potential here,” Gen. David H. Petraeus, commander of the United States Central Command, said in an interview on Saturday. “There are a lot of ifs, of course, but I think potentially it is hugely significant.”

The value of the newly discovered mineral deposits dwarfs the size of Afghanistan’s existing war-bedraggled economy, which is based largely on opium production and narcotics trafficking as well as aid from the United States and other industrialized countries. Afghanistan’s gross domestic product is only about \$12 billion.



“This will become the backbone of the Afghan economy,” said Jalil Jumriani, an adviser to the Afghan minister of mines.

American and Afghan officials agreed to discuss the mineral discoveries at a difficult moment in the war in Afghanistan. The American-led offensive in Marja in southern Afghanistan has achieved only limited gains. Meanwhile, charges of corruption and favoritism continue to plague the Karzai government, and Mr. Karzai seems increasingly embittered toward the White House.

So the Obama administration is hungry for some positive news to come out of Afghanistan. Yet the American officials also recognize that the mineral discoveries will almost certainly have a double-edged impact.

Instead of bringing peace, the newfound mineral wealth could lead the Taliban to battle even more fiercely to regain control of the country.

The corruption that is already rampant in the Karzai government could also be amplified by the new wealth, particularly if a handful of well-connected oligarchs, some with personal ties to the president, gain control of the resources. Just last year, Afghanistan’s minister of mines was accused by American officials of accepting a \$30 million bribe to award China the rights to develop its copper mine. The minister has since been replaced.

Endless fights could erupt between the central government in Kabul and provincial and tribal leaders in mineral-rich districts. Afghanistan has a national mining law, written with the help of advisers from the World Bank, but it has never faced a serious challenge.

“No one has tested that law; no one knows how it will stand up in a fight between the central government and the provinces,” observed Paul A. Brinkley, deputy undersecretary of defense for business and leader of the Pentagon team that discovered the deposits.

At the same time, American officials fear resource-hungry China will try to dominate the development of Afghanistan’s mineral wealth, which could upset the United States, given its heavy investment in the region. After winning the bid for its Aynak copper mine in Logar Province, China clearly wants more, American officials said.

Another complication is that because Afghanistan has never had much heavy industry before, it has little or no history of environmental protection either. “The big question is, can this be developed in a responsible way, in a way that is environmentally and socially responsible?” Mr. Brinkley said. “No one knows how this will work.”

With virtually no mining industry or infrastructure in place today, it will take decades for Afghanistan to exploit its mineral wealth fully. “This is a country that has no mining culture,” said Jack Medlin, a geologist in the United States Geological Survey’s international affairs program. “They’ve had some small artisanal mines, but now there could be some very, very large mines that will require more than just a gold pan.”

The mineral deposits are scattered throughout the country, including in the southern and eastern regions along the border with Pakistan that have had some of the most intense combat in the American-led war against the Taliban insurgency.

The Pentagon task force has already started trying to help the Afghans set up a system to deal with mineral development. International accounting firms that have expertise in mining contracts have been hired to consult with the Afghan Ministry of Mines, and technical data is being prepared to turn over to multinational mining companies and other potential foreign investors. The Pentagon is helping Afghan officials arrange to start seeking bids on mineral rights by next fall, officials said.

“The Ministry of Mines is not ready to handle this,” Mr. Brinkley said. “We are trying to help them get ready.”

Like much of the recent history of the country, the story of the discovery of Afghanistan’s mineral wealth is one of missed opportunities and the distractions of war.

In 2004, American geologists, sent to Afghanistan as part of a broader reconstruction effort, stumbled across an intriguing series of old charts and data at the library of the Afghan Geological Survey in Kabul that hinted at major mineral deposits in the country. They soon learned that the data had been collected by Soviet mining experts during the Soviet occupation of Afghanistan in the 1980s, but cast aside when the Soviets withdrew in 1989.

During the chaos of the 1990s, when Afghanistan was mired in civil war and later ruled by the Taliban, a small group of Afghan geologists protected the charts by taking them home, and returned them to the Geological Survey’s library only after the American invasion and the ouster of the Taliban in 2001.

“There were maps, but the development did not take place, because you had 30 to 35 years of war,” said Ahmad Hujabre, an Afghan engineer who worked for the Ministry of Mines in the 1970s.

Armed with the old Russian charts, the United States Geological Survey began a series of aerial surveys of Afghanistan’s mineral resources in 2006, using advanced gravity and magnetic measuring equipment attached to an old Navy Orion P-3 aircraft that flew over about 70 percent of the country.

The data from those flights was so promising that in 2007, the geologists returned for an even more sophisticated study, using an old British bomber equipped with instruments that offered a three-dimensional profile of mineral deposits below the earth’s surface. It was the most comprehensive geologic survey of Afghanistan ever conducted.

The handful of American geologists who pored over the new data said the results were astonishing.

But the results gathered dust for two more years, ignored by officials in both the American and Afghan governments. In 2009, a Pentagon task force that had created business development programs in Iraq was transferred to Afghanistan, and came upon the geological data. Until then, no one besides the geologists had bothered to look at the information — and no one had sought to translate the technical data to measure the potential economic value of the mineral deposits.

Soon, the Pentagon business development task force brought in teams of American mining experts to validate the survey's findings, and then briefed Defense Secretary Robert M. Gates and Mr. Karzai.

So far, the biggest mineral deposits discovered are of iron and copper, and the quantities are large enough to make Afghanistan a major world producer of both, United States officials said. Other finds include large deposits of niobium, a soft metal used in producing superconducting steel, rare earth elements and large gold deposits in Pashtun areas of southern Afghanistan.

Just this month, American geologists working with the Pentagon team have been conducting ground surveys on dry salt lakes in western Afghanistan where they believe there are large deposits of lithium. Pentagon officials said that their initial analysis at one location in Ghazni Province showed the potential for lithium deposits as large of those of Bolivia, which now has the world's largest known lithium reserves.

For the geologists who are now scouring some of the most remote stretches of Afghanistan to complete the technical studies necessary before the international bidding process is begun, there is a growing sense that they are in the midst of one of the great discoveries of their careers.

"On the ground, it's very, very, promising," Mr. Medlin said. "Actually, it's pretty amazing."

Fonte: The New York Times

CORREIO BRAZILIENSE

CORRIDA DO OURO: SONHOS DOURADOS

Depois de recuar 40,3% de 2007 a 2009, mercado se recupera e joalherias vendem 20% a mais neste início de ano

Se os investidores realizam uma verdadeira corrida ao ouro, os que usam o metal precioso como ornamento não ficam atrás. Hoje, o Brasil é o 10º maior mercado comprador de joias do mundo — posição que é mantida graças aos 30 milhões de brasileiros alçados à classe média nos últimos anos. Tamanha força econômica tem impulsionado a joalheria nacional e apenas em 2009 o segmento de peças em ouro faturou US\$ 1,3 bilhão. Somente nos primeiros cinco meses deste ano, a demanda por esses produtos já avançou cerca de 20% frente a igual período do ano passado.

Os dados são parte de um levantamento do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), obtido com exclusividade pelo Correio. Comparado às nações que mais demandam joias, a bandeira verde e amarela está à frente até mesmo da poderosa economia alemã, o sustentáculo da comunidade europeia. "Desde 2000, a Europa vem em um processo de declínio no consumo desses produtos, principalmente os feitos de ouro. Com a crise, essa procura na Itália caiu 65,5% até o ano passado. Quase quebrou o mercado joalheiro por lá", contou o presidente do IBGM, Hécliton Santini Henriques.

No Brasil, o tombo também foi expressivo, de 40,3%, entre 2007 e 2009. Ainda assim, o mercado vendeu 30,9 toneladas no ano passado. Para esse ano, a expectativa é de se aproximar dos 50 mil quilos. O cenário de expansão de renda e de fatura de crédito vivido pelos brasileiros nos últimos anos deve garantir esse volume de vendas e a ida dos consumidores às lojas. A dona de casa Isabella Cristina Souza, 23 anos, é uma das que não perde a oportunidade de adquirir uma peça. "Se eu pudesse, só usaria ouro branco. Normalmente, gosto de pulseiras e de brincos", disse Isabella. A última aquisição, porém, foi por necessidade. Perdeu a aliança quando arrumava a casa e depois de muita procura correu para uma loja. "Não podia ficar sem. Significa muito para mim e para o meu

marido. Quem sabe no Dia dos Namorados ele não me presenteia com uma ainda mais bonita?”, brincou.

As grandes joalherias nacionais e internacionais, assim como Isabella, não interpretam o ouro como uma commodity talhada para proteção diante das incertezas globais. Essas lojas tentam se manter fiéis ao cliente, longe da pressão dos investidores. “Ou seja, atitude completamente diferente da intenção declarada do especulador, de auferir lucro com o ouro cotado nas bolsas de valores”, argumentou Christian Hallot, embaixador da marca H. Stern no Brasil. Ele explicou que a relação do comprador com a joia é afetiva e não monetária. “Temos a capacidade de encantar mesmo em momentos de crise. Respeitamos o cliente e não pensamos apenas no curto prazo”, avaliou.

Preço

Com os bancos centrais aumentando suas posições em ouro (veja quadro) e os investidores aplicando no metal para se proteger das oscilações do mercado de capitais, as mineradoras tem corrido contra o tempo para atender a toda essa demanda. Os preços, por outro lado, dispararam. Apenas neste ano, o grama do ouro acumulou alta de 16% na BM&FBovespa. Os clientes das joalherias também sentiram o impacto. De acordo com a inflação oficial, as joias subiram 6,6% somente no primeiro quadrimestre de 2010.

“Por enquanto, mesmo com a disparada do ouro, os preços não subiram muito para os clientes. As joalherias têm usado subterfúgios para evitar uma grande alta”, explicou Hécliton Santini, do IBGM. “Temos apostado em designs diferenciados, com mais espaços abertos. São joias mais leves, com mais ouro misturado a outros metais e muitas pedras. No fim das contas, temos um produto bonito, valorizado, não tão caro e que ainda atrai os consumidores”, concluiu.

Conservador

Acompanhando as vendas da Vivara, Bruna Rosso, gerente de Marketing da rede, percebeu que no auge do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, quando todos previam que o mundo ia desabar junto com Wall Street (região onde fica o mercado financeiro norte-americano), o brasileiro segurou o dinheiro no bolso. Até mesmo os artigos democráticos, que todas as camadas da população compram, como as alianças, tiveram pouca saída. A classe C, estreante no mercado de consumo devido aos programas sociais do governo, evitou se endividar.

Em função de preocupações com o emprego e pela queda da massa salarial, as compras de presentes para ocasiões festivas, como nascimento, gravidez, noivados, também registraram queda. Situação que se repetiu em todos os países. Segundo dados da IBGM e da consultoria em metais preciosos GFMS Gold Survey, enquanto o preço do ouro subiu 39,82% entre 2007 e 2009, a fabricação de joias no mundo caiu 25,74%.

Porém, no fim do ano passado, essa procura se normalizou. Já em 2010, no período do Dia das Mães foi registrado aumento de aproximadamente 15% em relação ao ano anterior. “É importante destacar que as mulheres começaram a consumir mais. A valorizar o seu bem-estar. Elas trabalham, têm bons salários e estão usando e abusando da liberdade de escolha”, frisou Bruna. “Uma joia é para sempre e pode ser admirada a qualquer momento”, lembrou Hallot.

A despeito dos números negativos nos últimos anos, as flutuações do preço do ouro não interferiram em alguns setores, abençoados pelo capital, onde até as crises econômicas, financeiras, soberanas, de confiança — não importa a nomenclatura — demoram a chegar. São negócios que lidam estreitamente com o conceito de valor, com a vaidade e com o excitado mundo do alto luxo. “A nossa sensação é de que as pessoas não se percebem gastando apenas em um artigo considerado supérfluo. Estão investindo, digamos assim, de outra maneira: em algo que as deixa felizes”, afirmou Bruna Russo.

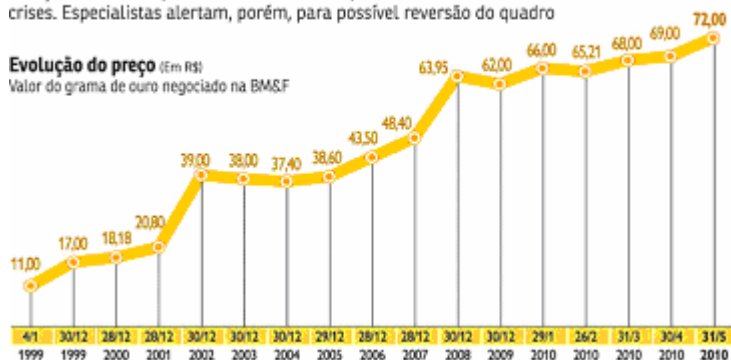
Para o embaixador da marca H. Stern, é exatamente nessas situações de crise que o cliente fica mais exigente. Compra menos quantidade e mais qualidade. “A H. Stern vende muito mais que o preço do dinheiro pode comprar. A felicidade é maior que tudo”, finalizou.

“Temos a capacidade de encantar mesmo em momentos de crise. Respeitamos o cliente e não pensamos apenas no curto prazo”, Christian Hallot, embaixador da marca H. Stern no Brasil.

Nas alturas

Cotação do ouro disparou nos últimos anos por causa das constantes crises. Especialistas alertam, porém, para possível reversão do quadro

Evolução do preço (Em R\$)
Valor do grama de ouro negociado na BM&F



Reserva de valor

Bancos Centrais em todo o mundo têm alta exposição ao metal

Países	Toneladas	% das reservas
Zona do Euro	10,809,4	59,7
EUA	8,133,5	77,4
Alemanha	3,408,3	69,2
Itália	2,451,8	66,6
França	2,445,1	70,6
China	1,054,0	1,9
Suíça	1,040,1	29,1
Japão	785,2	2,3
Brasil	33,6	0,5

Fontes: BM&FBovespa e Conselho Mundial do Ouro (WGC, na sigla em inglês)

Fonte: Correio Braziliense

CORREIO BRAZILIENSE

CORRIDA DO OURO: GARIMPO ELETRÔNICO

Empresas estrangeiras dominaram um mercado inusitado no país: a retirada de metais preciosos usados nos componentes de celulares e computadores. Os lixões brasileiros recebem 11 toneladas de ouro por ano

O Brasil desperdiça, nos lixões e aterros do país, cerca de 11 toneladas de ouro por ano. Além disso, são perdidos mais 17 tipos de metais preciosos. Entre eles, a prata, o cobre e o zinco. Toda essa riqueza jaz, escondida, nas 500 mil toneladas de celulares, computadores e demais produtos eletrônicos descartados pelos brasileiros anualmente. Com tamanha fortuna inutilizada, os garimpos dos tempos modernos têm trocado a perfuração da rocha pelas montanhas de sucatas. Algumas empresas estrangeiras estão usando o lixo verde amarelo para abarrotar os cofres de dinheiro. Em todo o mundo, essa conta do desperdício chega a 1,1 milhão de quilos do metal dourado.

Em terras brasileiras, a mineradora belga Umicore trabalha com a recuperação de eletrônicos. Todos os anos, ela recebe 250 mil toneladas de 200 matérias-primas diferentes contendo metais preciosos. Apenas em 2009, o faturamento mundial da empresa foi de 6,9 bilhões de euros, o equivalente a R\$ 15,4 bilhões. Se esses garimpeiros modernos estão lucrando alto com a nova modalidade de exploração, quem guarda o material também ganha. Milhares de lojas de informática o vendem para os empresários a R\$ 3 o quilo. O técnico Antônio Matos não sabia dessa possibilidade de renda até que um representante de uma multinacional o procurou.

“Antes, eu descartava tudo no lixo comum. Agora, guardo. A cada dois meses, eles passam recolhendo. Em um ano, consigo estocar duas toneladas de peças de computador”, relata Matos. Com a comercialização do que anteriormente era descartado, o técnico em informática aumentou seu faturamento anual em R\$ 6 mil. “Não deixo perder mais nenhuma peça. Uma vez, eu até tentei raspar as partes de ouro de algumas placas de computador, mas é muito fininho e não deu certo”, lembra.

A quantidade de ouro nos equipamentos é pequena e exige tecnologia de ponta para separar os metais preciosos do plástico e das resinas que formam os componentes eletrônicos. Ainda assim, é

um negócio vantajoso. Uma tonelada de sucata tem 22,24 gramas de ouro, segundo estudos da Universidade de Tecnologia de Berlim. Já a maior mina do metal precioso no Brasil, localizada em Paracatu (MG), tem o teor de apenas 0,4 grama por tonelada de minério. Nos aparelhos telefônicos, essa quantidade é muito superior à encontrada no município mineiro: são 150 gramas para cada mil quilos de celulares.

Reciclagem

Os japoneses são os que mais fazem o reaproveitamento do material. Atualmente, cerca de 50% de todo o ouro do país oriental é reciclado. “É quase um garimpo. A questão é que, além do ouro, você tira cobre e plástico. Ainda tem a resina, que não serve para nada e pode se transformar em um passivo ambiental. Para realizar essa reciclagem, tem de ser uma empresa de grande porte. Hoje, as multinacionais dominam esse mercado”, explica Francisco Laterza Neto, presidente da 3M Recuperação de Metais e da Associação dos Fabricantes de Ouro Certificado da América Latina (Amagold).

No Brasil, não existem cifras exatas sobre o processo de recuperação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), o país importa cerca de US\$ 10 milhões nesse tipo de resíduo, o que envolve restos de joalherias e componentes eletrônicos sem uso. “A gente importa para reexportar depois. Tiramos a impureza para depois vender pelo preço normal do ouro”, explica o presidente do IBGM, Hécliton Santini. “Se alguém tem uma aliança, é provável que tenha uma molécula de ouro do Egito, por exemplo. Esse metal é fabricado no mundo inteiro e circula por todos os países. Ninguém gosta de desperdiçar ouro”, conclui Laterza.

Se alguém tem uma aliança, é provável que tenha uma molécula de ouro do Egito. Ninguém gosta de desperdiçar ouro”, Francisco Laterza Neto, presidente da Amagold

Arte e alta gastronomia

Enquanto os investidores estão ávidos por ouro para se proteger das incertezas do mercado financeiro, o consumidor comum encontra outras utilidades para o metal. O uso apenas como ornamento ficou no passado. Hoje, o dourado desse minério pode ser encontrado da alta gastronomia à pintura. O brasileiro, que nos últimos anos se aproveitou da expansão da renda e da criação de empregos, começa a buscar por produtos diferenciados.

A artista plástica Célia Estrela trabalha com o metal precioso em quadros e em peças de porcelana. “Às vezes, o cliente nem sabe que é ouro. Acha que é só uma tinta dourada. Mas não pode colocar uma peça dessas de porcelana no microondas. A tinta tem metal e pode estragar o aparelho”, explica. O material que ela usa nas obras tem 12% de ouro. Além da tintura, utiliza folhas do minério. Tudo importado.

Quando cria com ouro, Célia gosta de pintar flores e cerejeiras — desenhos com influência da cultura oriental. “O efeito é outro. A obra ganha mais vida e movimento. Os clientes ficam encantados”, conta. Os preços são os mais variados e dependem da quantidade aplicada em cada obra. Entre um quadro e outro, o valor pode variar R\$ 600. Um prato, dependendo do tamanho, pode chegar a R\$ 100.

Saquê especial

A alta gastronomia também não fica de fora desses novos usos. O restaurante Original Shundi usa flocos de ouro em pratos de sushi e sashimi. Um deles, o Especial VII, custa R\$ 320. “Queríamos oferecer produtos que não são corriqueiros, manter a tradição e, ao mesmo tempo, inovar”, justifica o dono do estabelecimento, Nuan Garcia.

Segundo ele, um dos mais respeitados sushimen do país criou o cardápio. Por isso, o restaurante leva o nome dele: Shundi. A ideia para o prato veio de um saquê especial vendido na casa, também com flocos de ouro. “Nós já tínhamos essa bebida, que custa R\$ 500 a garrafa. Daí resolvemos levar isso para o cardápio. São produtos para clientes com um paladar mais apurado e sofisticado.

Em São Paulo, o prato com ouro se tornou comum. Aqui em Brasília, as pessoas estão começando a se acostumar”, garante Garcia. O ouro usado nos pratos do restaurante é importado e pode ser consumido sem preocupação, pois não faz mal à saúde.

Fonte: Correio Braziliense

CORREIO BRAZILIENSE

CORRIDA DO OURO: ARMA CONTRA O CÂNCER

Uso medicinal do ouro é cada vez maior. Tanto no tratamento convencional quanto na homeopatia, o metal atua a favor da humanidade

Mais do que uma mercadoria (commodity) com cotação internacional, disputada pelos investidores em momentos agudos de crise — como o atual —, o ouro tem uma função importantíssima na medicina e, particularmente, na cura do câncer. Nanopartículas (minúsculas porções) do precioso metal vêm sendo usadas em quimioterapia para o combate de diversos tipos da doença, um avanço possível graças aos cientistas Raghuraman Kannan e Kattesh Katti, da Universidade do Missouri, nos Estados Unidos. Um novo teste, desenvolvido pelo Fraunhofer Institute for Biomedical Thechnology (IBMT), da Alemanha, confirma que, ao mesmo tempo, o ouro pode ser usado para descobrir e para eliminar a doença, com resultados imediatos. É o metal a favor da humanidade.

No novo teste, os cientistas aquecem e expandem o tecido humano, com o uso de raio laser, e usam nanopartículas do metal para identificar se aquela parte do corpo está ou não doente — as células cancerígenas aparecem mais brilhantes do que as demais. Caso a moléstia seja identificada, as nanopartículas de ouro são imediatamente aquecidas. E, pelas suas propriedades naturais, são capazes de destruir apenas as células doentes sem danificar as boas.

Trata-se de uma estratégia extremamente eficaz, porque, no instante em que se detecta a doença (antes que ela se transforme em ameaça real à vida), pode-se eliminá-la. O diagnóstico é feito em poucos minutos, ao contrário de hoje. O método também pode ser usado para identificar e destruir as células cancerosas metásticas (surgimento de novo foco do tumor).

O uso do ouro também se estende a terapias para o reumatismo (sais de ouro), malária e a Aids, e o metal possui propriedades curativas para problemas de pele e infecções. “O emprego do ouro na medicina vai crescer. Mas, mesmo que o peso seja pequeno para a indústria, o uso médico do metal terá um impacto real pelas belas histórias que se terá para contar”, afirma Richard Holliday, diretor do Conselho Mundial do Ouro, que participou de um recente seminário em Lima, no Peru.

Na sua avaliação, as pessoas querem ouvir que a magia do ouro não ocorre apenas por sua beleza ou seu valor, mas também pelas notáveis propriedades do metal. “Estamos diante de um cenário emergente, que será explorado pela medicina, em especial”, acrescenta Holliday. Atualmente, 70% do ouro produzido são absorvidos pelas joalherias e pelo mercado financeiro. Outros 12% vão para a indústria eletrônica.

Cura há 200 anos

Poucos sabem, mas o ouro é utilizado em medicamentos homeopáticos há mais de 200 anos, com o nome científico de “Aurum metallicum”. O primeiro cientista que estudou as propriedades terapêuticas do metal foi médico alemão Christian Friedrich Samuel Hahnemann, que fundou a Homeopatia em 1779. A gerente de marketing da Farmácia de Manipulação Quintessência, Fortune

Homsani , diz que o ouro, quando usado em baixas potências, combate infecções do aparelho respiratório. Em altas potências, atua como antidepressivo, podendo até dissipar a angústia em pacientes com tendências suicidas.

Por ironia do destino, ao mesmo tempo em que causa distúrbios nos investidores pelas incertezas advindas das crises financeiras, o ouro é capaz de combater o mesmo mal. “Diluído e dinamizado em escala centesimal ou decimal (uma parte de ouro para nove ou 99 porções de solvente), o minério tem aplicação para vários tipos de doenças. Mas é importante destacar que a homeopatia trata de situações particulares de cada indivíduo. Nem todos os que usam ouro em altas potências têm tendências depressivas,” esclarece Fortune.

O farmacêutico Justino Ferreira, diretor da Quintessência, lembra que o metal também ajuda no tratamento de doenças cardíacas. Um dos fatores valorizados é que, por ser um mineral nobre, na forma elementar, o ouro não interage com o organismo. “Mas, ao ser diluído, liberta suas propriedades curativas. Há muito tempo, o ouro faz parte do mundo científico e combina saúde com bem-estar”, finaliza.

Mesmo que o peso seja pequeno para a indústria, o uso médico do metal terá um impacto real pelas belas histórias que se terá para contar”, Richard Holliday, diretor do Conselho Mundial do Ouro.

Tudo pela beleza

Não importa se o mundo está desabando em conflitos bélicos ou se a Europa está ruindo, atolada em dívidas públicas impagáveis. O sonho de consumo de qualquer ser humano de prolongar a juventude e retardar os sinais de envelhecimento, sejam físicos ou de ordem psicológica, continua intocável. Estudos comprovam que exercícios físicos regulares, leituras, viagens e aprendizado constante são formas de manter mente e corpo sãos. Mas não as únicas. Olhar-se no espelho e se enxergar belo contribui para a elevação da auto-estima, que também vai interferir na atividade profissional e na relação com o próximo.

A vaidade virou sinônimo de bem-estar e a medicina estética recentemente lançou mão de um dos mais nobres metais preciosos para envolver homens e mulheres nas redes da beleza: o ouro. Sim, o ouro. Ele que, por séculos, simbolizou fortuna e poder, chegou agora para se curvar aos encantos de homens e mulheres que almejam ter a pele lisinha, livre de manchas, totalmente descansada e sem sinais do tempo. O metal também ajuda a evitar aquela aparência estressada, abatida e sem vitalidade. O mineral está sendo usado em forma de máscaras faciais, cremes, óleos e maquiagens. Os preços dos produtos e dos tratamentos são salgados — mas, afinal, são feitos com ouro.

Competição

Para ganhar a preferência das mulheres, os fabricantes entraram em uma verdadeira guerra. A tradicional empresa de cosméticos Avon, por exemplo, garante que deu início a uma “estratégia de democratização do luxo” e acaba de lançar um batom com 24 quilates de ouro, para “deixar os lábios instantaneamente mais luminosos e cintilantes”. O Boticário se inspirou nos tesouros e nas pedras preciosas para homenagear as mães. Lançou uma linha de produtos com texturas diferentes que lembram a luminosidade do ouro, para hidratar a pele e os cabelos.

Mas o que se tornou mais procurado nos últimos tempos foram as máscaras de ouro, que dão elasticidade e evitam as rugas, tonificam e revitalizam, além de ativarem o metabolismo celular. A dermatologista Lourdinha Mattos, da Clínica e Spa Harmonya, conta como funciona: “São folhas minúsculas, diluídas em óleo de semente de uva, que são massageadas delicadamente. Elas removem o tecido envelhecido e renovam a capacidade de a pele reter água”.

Lourdinha prefere não dizer o preço, porque tudo depende do número de consultas e do tipo de pele dos interessados no tratamento. Mas garante que os resultados são fabulosos e que a procura aumenta a cada dia, tamanha a disposição do brasileiro em investir na beleza física. Essa corrida vem sendo impulsionada pelo bom momento econômico vivido pelo Brasil, com forte

aumento na oferta de emprego e na renda. Além, é claro, da oferta maciça de crédito, que permite, em algumas clínicas, o pagamento dos tratamentos em prestações a perder de vista.

Mais preocupados com o preço do ouro no mercado financeiro — a alta acumulada no ano chega a 16% —, analistas não veem com bons olhos os dispêndios com as máscaras faciais ou batons tendo o metal como matéria-prima. Para eles, a ditadura da beleza se tornou uma competidora voraz ante seus interesses. “Tive uma cliente que, aos poucos, foi reduzindo seus investimentos em Bolsa de Valores. Mesmo ela garantindo bons ganhos, preferia sacar o dinheiro. Perguntei, então, em que ela estava usando o dinheiro. E ela me respondeu: na beleza e no bem-estar, com todo tipo de tratamento estético”, conta um desses profissionais.

Fonte: Correio Braziliense



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CPRM É EMPOSSADO

Claudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME), é nomeado presidente do Conselho da CPRM. Na última sexta-feira (14) tomou posse, na sede do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o novo Conselho de Administração da empresa, eleito pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas, realizada no dia 26 de abril de 2010.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME), Claudio Scliar, foi nomeado presidente do Conselho, com mandato Ad Nutum, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de decreto do dia 5 de abril, que foi publicado no Diário Oficial da União no dia 6 de abril de 2010.

O diretor-presidente da CPRM, Agamenon Sergio Lucas Dantas, continua como vice-presidente do Conselho. Outros conselheiros foram eleitos com mandato de dois anos: Luiz Gonçalves Baião, indicado pelo Ministério do Planejamento; Jarbas Raimundo de Aldano Matos; Ladice Pontes Peixoto e Roberto Ventura Santos, indicados pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

Fonte: ASCOM/MME